



Simulado Final

TJ AP

Analista Judiciário - Área Judiciária
e Execução de Mandados – Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TJ-AP (Analista Judiciário - Área Judiciária e Execução de Mandados)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária e Execução de Mandados do TJ-AP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Preencher Gabarito

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

01. Considere a citação a seguir:

"Todo amor é eterno e, se acaba, não era amor."

(Nelson Rodrigues)

A sentença acima ilustra um raciocínio por

- a) indução;
- b) dedução;
- c) abdução;
- d) comoção;
- e) emoção.

02. Nas opções abaixo há a indicação de um tipo de texto, suas marcas essenciais e exemplos desses textos; a opção em que os exemplos de textos citados correspondem ao tipo inicialmente apontado, é:

- a) injuntivo – indicação de ordens ou conselhos / tutorial;
- b) explicativo – fazer compreender algo / romance;
- c) argumentativo – defesa ou ataque a uma ideia / bula;
- d) descritivo – descrição de objetos distintos / publicidade de um produto;
- e) narrativo – relato de fatos em ordem cronológica / receita culinária.

03. Assinale a frase em que o termo sublinhado está retomado por um grupo nominal.

- a) Cada um de nós é responsável pelo seu próprio destino.
- b) Um homem pode resistir às tentações; um homem sábio vai evitá-las.
- c) Sempre amei todos os animais, especialmente cachorros.

d) Novos alunos se matricularam, os recém-chegados estão animados.

e) Não quero alguém que aponte problemas, mas que os resolva.

04. Indique a alternativa em que não ocorre redundância.

- a) Adiaremos o evento para depois por causa do temporal.
- b) Notei que os clientes entraram para dentro da loja.
- c) Ter certeza absoluta é sempre sinal de arrogância.
- d) Não devíamos dar bons conselhos de graça.
- e) Os preços caíram vertiginosamente nos últimos dias.

05. A coerência e a coesão de um texto são construídas também por meio de retomadas, de tipos variados, de outros elementos.

Assinale a opção em que a retomada do termo sublinhado é feita por meio de um elemento de classe gramatical diferente dos demais.

- a) Aquele que negligencia seu emprego, perde-o.
- b) Há poucas amizades às quais vale a pena se dedicar.
- c) Todos perguntam o que compro, nunca o que faço.
- d) O poema vale mais do que o papel no qual foi escrito.
- e) Na mente está a alegria, mas ali está a fábrica da dor.

06. Os adjetivos, em língua portuguesa, podem indicar estados, características, qualidades e relações.

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado indica característica.

- a) Um livro interessante nunca tem muitas páginas.
- b) O homem cansado não pensa claramente.
- c) A remuneração anual aumenta para se manter.
- d) O terno preto o fazia parecer solene.
- e) Nenhum escritor brasileiro ganhou um Nobel.

07. Assinale a frase que mostra dois vocábulos em oposição semântica (antônimos).

- a) Todos querem chegar ao topo, poucos sobem a montanha.
- b) Melhor estar na solidão do que na superlotação.
- c) Se todos veem o mesmo, ninguém está vendo nada.
- d) Quando tudo está perdido, sempre existe uma luz.
- e) Aprendemos com nossos erros e com os de nossos pais.

08. As frases a seguir mostram formas do verbo TER. Assinale a frase em que a substituição dessas formas por outro verbo de valor semântico mais específico é feita de forma adequada.

- a) Na vida, não tem espaço para desculpas, apenas resultados. / ocorre.
- b) No teatro e na convivência, todos têm seu papel. / apresentam
- c) Se você a quer feita já, dê a tarefa quem não tem tempo. / dispõe de
- d) Os desempregados têm muito tempo livre. / usufruem
- e) A mídia tem carinho por quem mente para os pobres. / exerce

09. Na maioria das frases, a palavra **ainda** mostra valor semântico de tempo. Assinale a frase que não mostra esse valor.

- a) O diretor ainda não chegou.
- b) Na hora do acidente, ela ainda não chegara.
- c) Ainda agora estávamos todos felizes.
- d) Hoje, a jovem trabalha fora ainda cuida do filho.
- e) Sei, inclusive, que ainda serei aprovado.

10. Assinale a frase em que o valor semântico da preposição ANTE é diferente do das demais frases.

- a) Ante as chuvas, os voos todos foram cancelados.
- b) O homem, inacreditavelmente, estava ante seus olhos.
- c) Ante tamanho talento, o sucesso foi inevitável.
- d) O juiz, ante a urgência, deferiu tutela antecipada.
- e) Ante o risco de ruína, é preciso investir cautelosamente.

O desemprego tecnológico

Os meios de produção foram se modernizando ao longo do tempo, e o direito do trabalho acompanha seus avanços tecnológicos, que teve início com a Revolução Industrial. Outrossim, se num primeiro momento os direitos dos trabalhadores foram sendo regulamentados com a tecnologia, agora nota-se que esta mesma tecnologia vem criando o chamado “desemprego tecnológico”.

Atualmente nos deparamos ao mesmo tempo com a melhora da saúde e segurança do empregado, menos duração do trabalho e otimização do tempo, mas, também, com a extinção de empregos em alguns setores da economia, em especial, entre os menos qualificados, substituídos pela robotização e informática.

As relações individuais de trabalho ainda sofrerão sérias modificações, em alguns casos trazendo benefícios e, em outros, malefícios. Os estudiosos indicam algumas modificações significativas: (a) no campo das efemeridades profissionais, com diminuição notável de alguns setores e aumento em outros, pela centralização de tarefas em computadores; (b) mudanças nos métodos de trabalho, com o trabalho a distância e informatização dos sistemas de controle.

A tecnologia é benéfica quando utilizada para proteger o trabalhador (doenças e acidentes, substituir o homem em trabalhos extenuantes), além de permitir a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Os jovens, os trabalhadores pouco qualificados e certas profissões (sobretudo administrativas e burocráticas) são os trabalhadores que mais serão afetados pela tecnologia, que substituirá a mão de obra pela máquina.

11. De acordo com o texto, assinale a afirmativa correta.

- a) Desemprego tecnológico é aquele causado pela baixa qualificação do trabalhador dispensado.
- b) O texto argumenta contra a substituição dos empregos humanos por máquinas e informatização de sistemas de controle.
- c) A estruturação básica do texto configura uma dissertação argumentativa polêmica, uma vez que coteja perspectivas opostas.
- d) A tese do texto defende a ideia de que a tecnologia é benéfica para proteger o e permitir a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- e) Os avanços tecnológicos na produtividade do trabalho tiveram início na revolução industrial e seus efeitos perduram até o cenário atual.

12. Depreende-se corretamente do texto que:

- a) os serviços mecânicos serão particularmente afetados, uma vez que as máquinas ainda não conseguem realizar atividades criativas complexas.
- b) direitos trabalhistas impedirão que os empregos sejam perdidos em processos de automação e robotização.
- c) robotização e informatização foram empregados como conceitos sinônimos no texto, uma vez que este depende daquele.
- d) há atividades econômicas mais propícias e outras mais vulneráveis à evolução tecnológica no mundo do trabalho, ponderando-se o nível de expertise nelas envolvido.
- e) os jovens, na medida em que pertencem a gerações imersas em tecnologia, sofrerão menos com o desemprego tecnológico.

13. Outrossim, se num primeiro momento os direitos dos trabalhadores foram sendo regulamentados com a tecnologia, agora nota-se que esta mesma tecnologia vem criando o chamado “desemprego tecnológico”.

O vocábulo destacado funciona como um operador argumentativo de

- a) adição;
- b) afirmação;
- c) oposição;
- d) concessão;
- e) contradição;

14. Observe o fragmento:

"... são os trabalhadores que **mais** serão afetados pela tecnologia, que substituirá a mão de obra pela máquina".

O vocábulo destacado apresenta o mesmo sentido e classificação que o indicado em:

- a) Ninguém tem mais tempo para ler um texto inteiro.
- b) Pressa mais ignorância é a receita para o autoritarismo.
- c) Todos precisamos de mais informação não tendenciosa.
- d) A sociedade não mais deseja refletir antes de julgar.
- e) Vale mais uma opinião errada agora que uma certa depois.

15. O vocábulo "sérias" foi acentuado no texto. Esse acento, segundo a norma culta, poderia ser justificado por duas regras gramaticais.

O mesmo ocorre com:

- a) tecnológicos
- b) saúde
- c) também
- d) malefícios
- e) substituídos

16. "Escolhe um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."

Confúcio

Nota: O pensamento é atribuído a Confúcio, porém, não há evidências que comprovem essa autoria.

Sobre o pensamento acima, assinale a alternativa que indica sua reescritura, caso o pronome de tratamento usado fosse "você".

- a) "Escolhe um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na sua vida."
- b) "Escolha um trabalho de que goste e não terá que trabalhar nem um dia na sua vida."
- c) "Escolhas um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."
- d) "Escolhe um trabalho de que goste e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."
- e) "Escolhes um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."

17. "Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha."

Confúcio

O valor social subjacente a esse pensamento pode ser sintetizado no vocábulo:

- a) resiliência;
- b) consistência;
- c) inocência;
- d) permanência;
- e) saliência.

18. "Ama-se mais o que com mais trabalho se conquistou."

Aristóteles

Sobre o pensamento acima, sua estruturação e elementos linguísticos, é correto afirmar que:

- a) não se ama o que se conquista com menos trabalho;
- b) aquilo que vem mais fácil vai mais fácil;
- c) muitas conquistas fáceis são desprezíveis;
- d) realizações onerosas se valorizam;
- e) emprego ruim eleva o valor da conquista;

19. Na sentença: "Ama-se mais o que com mais trabalho se conquistou", o termo destacado se classifica como

- a) índice de indeterminação do sujeito
- b) pronome apassivador
- c) pronome reflexivo
- d) conjunção integrante
- e) partícula expletiva

20. Em todas as frases abaixo há o emprego de termos vagos, pouco precisos, desaconselháveis em textos jornalísticos. O verbo "fazer" é empregado em lugar de muitos outros verbos de significado mais preciso, tornando a expressão menos clara; a frase em que esse verbo é empregado em seu sentido próprio, é:

- a) Os policiais fizeram o seu dever;
- b) As atrizes fizeram papel de vilãs;
- c) Os juízes fizeram uma complexa sentença;
- d) As manifestações fizeram congestionamento;
- e) Os artesãos locais fizeram um boneco de palha.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA*Tiago Zanolla*

21. Em uma reunião de orientação para candidatos a vagas no serviço público, Pedro, um experiente servidor público encarregado de conduzir o encontro, destacava a importância de compreender todos os requisitos necessários para a candidatura. Um dos participantes, Lucas, estava particularmente ansioso, pois não tinha certeza se atendia a todos os critérios. Pedro, querendo esclarecer todas as dúvidas, destacou os requisitos de acordo com a legislação. Qual dos seguintes requisitos NÃO foi corretamente mencionado por Pedro como necessário para o ingresso no serviço público do Estado?

- a) Certificação de habilidades em informática.
- b) Gozo dos direitos políticos.
- c) Quitação com obrigações eleitorais.
- d) Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- e) Nacionalidade brasileira.

22. Juliana, uma servidora pública dedicada, estava buscando compreender as diferentes formas de avanço na carreira dentro do serviço público. Ela sabia que existem mecanismos específicos para isso, como progressão, promoção e ascensão, mas tinha dúvidas sobre os detalhes de cada um. Em uma conversa com seu mentor, ele explicou as diferenças entre esses mecanismos. Com base no Estatuto dos Servidores do TJ, qual das seguintes afirmações está INCORRETA?

- a) A progressão é um avanço anual automático de referência na mesma classe, desde que não haja ausências injustificadas ou penalidades disciplinares.
- b) A promoção exige que o servidor esteja estável e é a passagem para uma classe superior, baseando-se em avaliação de desempenho e qualificação profissional.

c) Para a ascensão, é necessário passar por um processo seletivo que ocorre juntamente com o concurso público, respeitando os mesmos critérios.

d) A promoção pode ocorrer a qualquer momento, sem a necessidade de um interstício mínimo de serviço na classe atual.

e) Nas promoções, a primeira delas na carreira exige um interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe.

23. Carlos, um gestor público responsável por uma pequena equipe, estava diante de um dilema ético. Uma denúncia anônima de irregularidade chegou até ele, mas ele sabia que havia protocolos específicos a seguir para tratar de tais denúncias. Carlos se reuniu com sua equipe para discutir o melhor caminho a seguir, com base nas normas vigentes. Com base no Estatuto dos Servidores, qual das seguintes afirmações sobre o procedimento a ser seguido por Carlos está INCORRETA?

a) Carlos é obrigado a promover a apuração da irregularidade imediatamente, assegurando ao acusado o direito à ampla defesa.

b) A denúncia anônima deve ser arquivada imediatamente por falta de identificação e endereço do denunciante.

c) Uma sindicância pode resultar na aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias, entre outras possibilidades.

d) A instauração de processo disciplinar é obrigatória quando a infração disciplinar implica uma penalidade de suspensão por mais de 30 dias.

e) Carlos pode proceder com a apuração da denúncia mesmo sem a confirmação da autenticidade da mesma.

24. Durante um encontro de formação para novos magistrados, Fernanda, uma juíza recém-empossada, estava tentando compreender melhor a estrutura de governança e os processos eleitorais do Tribunal. Ela sabia que a eleição da Direção do Tribunal era um evento importante e tinha várias perguntas sobre como tudo funcionava. Baseado nas informações sobre a eleição da direção do tribunal descritas no Código de Organização Judiciária, qual das seguintes afirmações é INCORRETA?

- a) O mandato dos cargos eletivos da direção do tribunal dura dois anos, permitindo-se a reeleição ou recondução para o mesmo cargo.
- b) A eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral e Ouvidor-Geral é realizada por voto secreto.
- c) A posse dos eleitos deve ocorrer até o dia 05 de março do ano subsequente à eleição.
- d) O quórum mínimo para a realização da eleição é de dois terços dos membros do Tribunal.
- e) Caso o quórum mínimo não seja atingido, uma sessão extraordinária será convocada para a eleição.

25. Lucas, um serventuário da justiça que trabalha na Secretaria do Tribunal, estava buscando esclarecer suas dúvidas sobre as competências e atribuições do Corregedor-Geral. Ele havia ouvido falar que o Corregedor-Geral desempenha um papel crucial na supervisão e no funcionamento das serventias judiciais e extrajudiciais, mas queria entender melhor os detalhes. Com base no Código de Organização Judiciária, qual das seguintes afirmações NÃO corresponde às competências e atribuições do Corregedor-Geral?

- a) Realizar inspeções anuais em todas as comarcas do Estado durante seu mandato.
- b) Ser assistido por um Juiz Auxiliar da Corregedoria, escolhido entre os juízes de todas as entrâncias do Estado.

- c) Expedir provimentos e instruções para garantir o bom funcionamento dos serviços judiciais e extrajudiciais.
- d) Aplicar penas disciplinares exclusivamente aos membros da Secretaria do Tribunal de Justiça.
- e) Conduzir correições gerais e parciais, conforme estabelecido no Código de Organização.

26. Roberta, uma nova servidora no Tribunal de Justiça, estava em treinamento para entender melhor a estrutura e as funções dos diferentes setores dentro do fórum onde trabalharia. Uma de suas tarefas era apresentar um resumo sobre as responsabilidades das Secretarias das Varas e as funções do Setor de Distribuição. Ao preparar sua apresentação, ela quis garantir que suas informações estavam precisas. Com base no Código de Organização Judiciária, qual das seguintes afirmações é INCORRETA?

- a) As Secretarias das Varas são responsáveis por fornecer serviços de apoio aos juízes, seguindo leis processuais e provimentos da Corregedoria-Geral.
- b) O Setor de Distribuição é encarregado apenas do processamento e registro da distribuição dos feitos, não tendo outras funções.
- c) A direção da Distribuição é presidida pelo Diretor do Fórum, Juiz de Direito Auxiliar ou Substituto, designado pelo Presidente do Tribunal.
- d) A implementação de terminais de informática para atendimento é uma iniciativa do Setor de Distribuição para melhorar o serviço.
- e) As Secretarias das Varas seguem portarias e despachos dos juízes, além de leis processuais e provimentos da Corregedoria-Geral.

- 27.** Na reunião de planejamento do Tribunal, Ana, uma nova desembargadora, estava discutindo com seus colegas sobre a organização das sessões e a participação de advogados e membros do Ministério Público. Ela queria garantir que todas as normas do Regimento fossem cumpridas e que a participação dos profissionais fosse apropriada. Com base no Regimento Interno, qual das seguintes afirmações é INCORRETA?
- a) As sessões ordinárias são limitadas a uma duração de quatro horas, mas podem ser prorrogadas conforme a necessidade do serviço.
 - b) As sessões extraordinárias são agendadas e encerradas estritamente de acordo com o tempo designado, sem flexibilidade quanto à duração.
 - c) As votações e sessões do Tribunal são abertas ao público, exceto em casos especificados pelo Regimento ou pela lei.
 - d) Advogados são proibidos de usar a tribuna se não estiverem vestindo a beca.
 - e) Membros do Ministério Público devem obrigatoriamente usar veste talar ao officiar nas sessões do Tribunal.
- 28.** Joana, uma servidora judicial recém-contratada, está revisando as normas do Tribunal em que foi alocada para entender melhor a rotina de trabalho. Ela precisa explicar a um colega como são realizadas as sessões virtuais de julgamento conforme a nova resolução. Qual informação ela deve destacar sobre o início e término das sessões virtuais semanais?
- a) As sessões virtuais iniciam às sextas-feiras, às 08h, e terminam na quinta-feira subsequente, às 18h.
 - b) As sessões virtuais têm duração de 7 dias úteis, começando às sextas-feiras, às 08h.
 - c) As sessões virtuais começam às sextas-feiras, às 08h, e terminam no sétimo dia corrido subsequente, às 23h59.
 - d) As sessões iniciam e terminam às sextas-feiras, respeitando o prazo de 5 dias corridos.
 - e) As sessões virtuais são realizadas mensalmente, com início no primeiro dia do mês.
- 29.** Carlos, outro servidor judicial, está preocupado com a possibilidade de prorrogação das sessões virtuais de julgamento. Ele quer saber em que condições o prazo das sessões pode ser automaticamente prorrogado. Qual informação você daria a ele?
- a) O prazo se prorroga automaticamente se a sessão virtual não alcançar quórum mínimo.
 - b) A prorrogação do prazo ocorre quando o término da sessão coincide com um feriado nacional.
 - c) O prazo é automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente se o término da sessão for em dia sem expediente na Secretaria do Tribunal.
 - d) A prorrogação acontece se a sessão virtual não resolver todos os casos na agenda.
 - e) O prazo das sessões virtuais só pode ser prorrogado mediante votação entre os desembargadores.
- 30.** Durante uma reunião, o novo Diretor-Geral do Tribunal, Rafael, explica sua função aos membros da equipe. Ele quer esclarecer quais são suas competências conforme o novo regulamento. Qual das seguintes competências Rafael deve enfatizar?
- a) A nomeação de servidores para a Secretaria do Tribunal é uma de suas competências principais.
 - b) É sua responsabilidade direta efetuar o pagamento dos precatórios.
 - c) Cabe a ele supervisionar, coordenar e dirigir todas as atividades administrativas do Tribunal, seguindo a orientação do Presidente.
 - d) Rafael tem a competência exclusiva de julgar processos administrativos dentro do Tribunal.
 - e) Ele é responsável por legislar sobre as normas processuais a serem seguidas pelo Tribunal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO PROCESSUAL CIVIL***Thállius Moraes*

31. Conforme determina o Código de Processo Civil, a representação em juízo da massa falida, ativa e passivamente, será feita

- a) pelo inventariante.
- b) pelos diretores da empresa falida.
- c) pelo administrador judicial.
- d) pelo procurador regularmente constituído.
- e) pelo seu curador.

32. Nos termos do Código de Processo Civil, considerando os casos em que o Ministério Público intervém como fiscal da ordem jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público não precisa ser intimado de todos os atos do processo, mas apenas daqueles com conteúdo decisório.
- b) O Ministério Público não poderá produzir provas, devendo aguardar a iniciativa das partes nesse sentido.
- c) O Ministério Público deverá intervir sempre que a Fazenda Pública for uma das partes.
- d) Será obrigatória a intervenção do Ministério Público em processos que envolvam o interesse de incapazes.
- e) Nesses casos, o Ministério Público não possui legitimidade recursal.

33. Acerca dos impedimentos e suspeições do juiz, segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Há suspeição do juiz quando promover ação contra a parte ou seu advogado.
- b) Há impedimento do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- c) Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- d) Há suspeição do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- e) Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

34. Conforme disposições do Código de Processo Civil, analise os seguintes itens.

- I - Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração ao número de partes no processo.
- II - Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, serão computados apenas os dias úteis.
- III - Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

Está correto apenas o disposto em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II
- e) I, II e III.

35. Considerando as disposições do CPC acerca das provas, assinale a alternativa incorreta

- a) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.
- b) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- c) A parte que alegar direito municipal, estadual, federal, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- d) Não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos.
- e) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.

36. Antônio estava dirigindo seu veículo quando foi abalroado pelos veículos de Edmar e Renato, que estavam apostando corrida na via pública. Diante disso, Antônio ajuizou ação de reparação em face dos dois motoristas. Nessa demanda apenas um Renato ofereceu contestação Edmar, embora revel, constituiu procurador distinto e de outro escritório de advocacia nos autos.

Tratando-se de autos eletrônicos, e sabendo-se que o juízo julgou procedente o pedido, é correto afirmar que:

- a) será contado em dobro o prazo para que qualquer um dos litisconsortes ofereça o recurso de apelação.
- b) os fatos narrados por Antônio foram presumidamente tidos por verdadeiros, ante a inércia de Edmar em contestar a ação.
- c) o prazo para o réu contestante oferecer o recurso de apelação será de quinze dias.
- d) o prazo para o réu contestante recorrer será contado em dobro, e para o réu revel será contado de forma simples;
- e) em face da revelia, os prazos para Edmar fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

37. Acerca da prova documental, assinale a alternativa correta

- a) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.
- b) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.
- c) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por prova testemunhal.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por documento particular, assinado pelas partes.
- e) A parte que impugnar a autenticidade ou suscitar a falsidade do documento poderá utilizar-se de alegação genérica de falsidade.

38. Assinale a alternativa correta acerca do recurso adesivo no âmbito do processo civil

- a) O recurso adesivo é independente do recurso principal.
- b) Será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- c) O recurso adesivo deve ser interposto no prazo da apelação.
- d) Poderá ser conhecido, ainda se houver a desistência do recurso principal.
- e) Possui requisitos de admissibilidade diferentes dos aplicáveis ao recurso principal.

39. Levando em consideração as disposições do CPC, julgue os seguintes itens que tratam da sistemática recursal

- I – Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso, como no caso do recurso de Apelação, por exemplo.
- II – A desistência do recurso pelo recorrente depende da concordância do recorrido, caso este já tenha apresentado contrarrazões.
- III – O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, exceto quando distintos ou opostos os seus interesses.

Está correto apenas o apontado em

- a) I, II e III.
b) I e II.
c) III.
d) I e III.
e) II e III.

40. Consoante as disposições da Lei 12.153/09, que trata dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- a) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de quarenta salários-mínimos.
- b) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- c) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.
- d) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública as pessoas físicas e jurídicas.
- e) Dependendo do valor da condenação contra a Fazenda Pública, poderá ser obrigatório o reexame necessário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

41. Em relação ao Poder Constituinte Originário, assinale a assertiva que contém as características corretas

- a) Inicial, limitado e incondicionado.
b) Derivado, ilimitado e condicionado.
c) Inicial, ilimitado e incondicionado.
d) Derivado, limitado e condicionado.
e) Inicial, limitado e condicionado.

42. Um grupo de vereadores, que formava o bloco da minoria na Câmara Municipal de Alfa, ficou irredimido com o processo legislativo que resultou na sanção, pelo prefeito municipal, da Lei nº XX. No entender dos vereadores, esse diploma normativo afrontava normas de natureza fundamental da Constituição da República de 1988, que são de reprodução obrigatória na Constituição do Estado, apesar dessas normas não terem sido reproduzidas na Constituição do Estado Beta, em cujo território o Município Alfa estava localizado. Embora desejassem que a Lei nº XX fosse submetida ao controle de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, tinham dúvidas sobre essa possibilidade, bem como em relação aos respectivos legitimados.

Considerando as dúvidas existentes, procuraram um advogado, que lhes informou, corretamente, que a Lei nº XX

- a) não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser observadas, por simetria, as regras da Constituição da República de 1988;
- b) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser observadas, por simetria, as regras da Constituição da República de 1988;
- c) não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser definidos na Constituição Estadual;
- d) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser definidos na Constituição Estadual;

e) somente terá sua inconstitucionalidade examinada pelo Tribunal de Justiça de Beta por meio do incidente de arguição de inconstitucionalidade, o que ocorrerá em sede de controle difuso de constitucionalidade.

43. Maria e José, pais de Pedrinho, de quatro anos, decidiram que não iriam vacinar o seu filho contra a doença X, mesmo se tratando de vacina testada, com aplicação obrigatória definida em lei e incluída no Programa Nacional de Imunizações, por motivo de convicção filosófica. A escola de Pedrinho solicitou que os pais realizassem o quanto antes a imunização do filho, alertando para possíveis consequências jurídicas pela não vacinação.

Indignados com a mensagem da escola, Maria e José procuraram um advogado para que os orientasse sobre as suas escolhas à luz da ordem constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o que lhe foi respondido corretamente que:

- a) É legítima a decisão dos pais em decorrência do exercício do poder familiar;
- b) É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, em respeito a liberdade de consciência.
- c) É ilegítima a decisão dos pais de não vacinarem seu filho menor, devendo ser determinada a vacinação forçada da criança.
- d) É ilegítima a recusa dos pais à vacinação, uma vez que é constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina testada, aprovada e registrada, desde que sua aplicação obrigatória determinada em lei, ou seja, objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico.
- e) É legítima a recusa dos pais, uma vez que é inconstitucional a vacinação compulsória no Brasil.

- 44.** Levando-se em consideração a jurisprudência do STF e a temática dos remédios constitucionais, marque a alternativa correta
- a) pessoas físicas já impetrantes de mandados de segurança individuais possuem autorização constitucional para nova impetração "coletiva".
 - b) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e legais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - c) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória à pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
 - d) O *habeas data* é via processual adequada ao atendimento de pretensão do autor de sustar a publicação de matéria em sítio eletrônico.
 - e) Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- 45.** Pierre, nascido em Paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2007. Entretanto, no ano de 2020, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2019, Pierre passou a residir no Brasil. A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Pierre, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado. Apreensivo, Pierre procura um advogado e o questiona acerca da possibilidade de o Brasil extraditá-lo. O advogado, então, responde que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a extradição
- a) é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.
 - b) não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.
 - c) é possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.
 - d) não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.
 - e) não é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, praticado antes da naturalização.
- 46.** Júlia é casada com Rodrigo, Governador do Estado, com quem tem um filho chamado Vinícius, de vinte anos. Caso Vinícius decida concorrer, nas eleições nacionais, para o cargo de Deputado Estadual, ocorrerá o seguinte
- a) A candidatura somente será deferida se Vinicius estiver concorrendo à reeleição.
 - b) A candidatura será deferida, ainda que Vinicius seja filho do Governador do Estado.
 - c) A candidatura será indeferida por ausência de condição de elegibilidade.
 - d) Vinicius poderá se candidatar ao cargo de deputado estadual apenas se for em outro estado e não o mesmo que seu pai é governador.
 - e) A candidatura poderá ou não ser deferida, a depender de Rodrigo renunciar ao mandato seis meses antes do pleito.

47. Michael, funcionário público, com o apoio de seus colegas servidores, foi eleito Senador, representando o Estado de Gama. Entre suas novas atribuições, caberá a ele votar em importantes projetos que tramitam no Congresso Nacional. Nesse cenário, considerando a repartição de competências delineada pela Constituição Federal, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre:

- a) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- b) organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
- c) direito civil, comercial, penal, processual e econômico.
- d) proteção à infância e à juventude.
- e) proteção e tratamento de dados pessoais.

48. Em relação ao processo legislativo, é correto afirmar que:

- a) a iniciativa legislativa de emenda à Constituição pode ser proposta por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- b) é possível a edição de medida provisória que verse sobre direitos individuais ou sobre casos de inelegibilidade.
- c) se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- d) é vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- e) o Presidente da República não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

49. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

50. Maria, concurseira, solicitou que Ana, sua colega, lhe explicasse algumas características das competências recursais do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com Ana:

1. os recursos de competência do Supremo Tribunal Federal são apenas os de fundamentação vinculada;
2. nenhuma sentença proferida por órgão jurisdicional de primeira instância pode ser objeto de recurso a ser julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal; e
3. acórdãos proferidos pelos Tribunais Superiores não podem ser objeto de recurso direcionado ao Supremo Tribunal Federal.

Adriane, professora de Direito Constitucional, ao ouvir as afirmações de Ana, concluiu corretamente que

- a) todas estão certas.
- b) todas estão erradas.
- c) apenas a informação 2 está errada.
- d) apenas as afirmações 2 e 3 estão erradas.
- e) apenas as afirmações 1 e 3 estão erradas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

51. Quando um ente federado transfere a execução e a titularidade de um serviço para uma autarquia, ocorre a chamada

- a) Desconcentração.
- b) Descentralização por serviços.
- c) Concentração.
- d) Descentralização por colaboração.
- e) Centralização.

52. Considerando as regras aplicáveis aos entes da Administração Indireta, assinale a alternativa correta.

- a) a criação de subsidiárias de empresas públicas deve ser precedida de autorização legislativa.
- b) Para que uma sociedade empresarial seja considerada uma sociedade de economia mista, basta que o controle acionário esteja em mãos do poder público.
- c) Os servidores das empresas públicas que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- d) As autarquias submetem-se ao controle hierárquico denominado supervisão ministerial.
- e) A aquisição da personalidade jurídica das fundações públicas de direito público ocorrerá com o registro de seus atos constitutivos na serventia registral pertinente.

53. Acerca dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) A proibição constitucional de utilização de símbolos e imagens que caracterizem a promoção pessoal de servidores públicos, durante as campanhas dos órgãos públicos decorre do princípio da impessoalidade.
- b) A exigência constitucional de concurso público para a investidura em cargo público efetivo está relacionada ao princípio da impessoalidade.
- c) O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública é regida autonomia da vontade, podendo praticar todos os atos que não sejam proibidos por lei.
- d) A possibilidade de um servidor público estável perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho traduz-se na aplicação do princípio da eficiência.
- e) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

54. A extinção do ato administrativo que é aplicada quando o ato não é compatível com a nova legislação denomina-se

- a) cassação.
- b) revogação.
- c) contraposição.
- d) anulação.
- e) caducidade.

55. Os atos administrativos são praticados pela Administração Pública no desempenho de sua função administrativa. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Conforme a teoria dos motivos determinantes, todos os atos administrativos devem ser motivados, de forma que se os motivos alegados forem falsos ou inexistentes, o ato será ilegal.
- b) São elementos dos atos administrativos a competência, a finalidade, a forma, a motivação e o objeto.
- c) O silêncio administrativo produz efeitos de concordância, salvo nos casos vedados pela lei.
- d) Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
- e) É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.

56. Levando em consideração as disposições atinentes aos poderes da administração, analise os próximos itens.

- I – Quando o agente busca alcançar um fim diverso daquele que a lei lhe permitiu ocorre abuso de poder, na modalidade excesso de poder.
- II - Em relação ao poder de polícia, é possível que atos relativos à aplicação de penalidades possam ser delegados às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- III – A Administração pública, ao editar atos normativos, com o intuito de ordenar a atuação de

órgãos a ele subordinados atua no exercício do poder hierárquico.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

57. Quando a lei concede à Administração Pública o poder para a prática de determinado ato de sua competência, instituindo os requisitos e elementos que, uma vez preenchidos, criam a obrigatoriedade da prática do ato, nos exatos moldes da lei, representa uma manifestação do poder

- a) hierárquico.
- b) vinculado.
- c) de polícia.
- d) regulamentar.
- e) discricionário.

58. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos), não se subordina ao regime desta Lei:

- a) concessão e permissão de uso de bens públicos.
- b) contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- c) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
- d) locação.
- e) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

59. Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, a contratação dos serviços técnicos especializados de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas é caso de

- a) realização obrigatória de licitação, na modalidade concorrência.
- b) realização obrigatória de licitação, na modalidade registro de preços.
- c) inexigibilidade de licitação, em virtude de se tratar de profissionais ou empresas de notória especialização.
- d) inexigibilidade ou dispensa de licitação.
- e) licitação dispensável, em face da atividade predominantemente intelectual envolvida.

60. O prazo que a Administração possui para anular um ato ilegal, mas que produziu efeitos favoráveis ao seu destinatário,

- a) prescreve em cinco anos, salvo em caso de má-fé.
- b) prescreve em cinco anos, independentemente de boa-fé do destinatário.
- c) prescreve em três anos, salvo em caso de má-fé.
- d) decai em cinco anos, independentemente de boa-fé do destinatário.
- e) decai em cinco anos, salvo em caso de má-fé.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

61. Joana comprometeu-se perante Vânia, em contrato de compra e venda, a entregar-lhe, no dia 20 de março, dois castiçais de cristal ou dois candelabros de prata. O contrato foi omissivo com relação à parte que se incumbiria da escolha.

Com relação à situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) A escolha do objeto da prestação caberá a Vânia.

- b) Joana poderá entregar um castiçal e um candelabro a Vânia, sem que esta possa se opor à entrega.

- c) Se os castiçais forem roubados antes da entrega, a obrigação se resolve.

- d) Se os castiçais forem destruídos por culpa de Joana, ficará esta obrigada a entregar os candelabros, sem ser obrigada a arcar com perdas e danos.

- e) Se os castiçais e os candelabros forem roubados antes da entrega, subsiste a obrigação de reparar perdas e danos.

62. Mauro tomou o carro emprestado de Cid, obrigando-se a restituí-lo no dia 20 de abril. O prazo expirou, sem que Mauro visse a restituir o bem. Dois dias depois, uma forte tempestade assolou o bairro onde Mauro morava. As águas invadiram a garagem de Mauro, o que fez com que o carro de Cid, que lá se encontrava guardado, viesse a sofrer perda total.

Com relação à situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Como Mauro não foi interpelado para restituir o carro, não se pode considerá-lo em mora.

- b) Caso Cid tivesse se recusado a receber o carro no dia 20 de abril, seria ele, enquanto credor, o contratante moroso.

- c) Mauro não responde pelo perecimento do bem, já que decorrente de caso fortuito ou força maior.

- d) Mauro só responde pelo perecimento do bem uma vez demonstrada sua culpa.

- e) Se Mauro for condenado a ressarcir perdas e danos a Cid, nelas estarão incluídos o valor do bem acrescido dos juros legais, mas não eventuais lucros cessantes, que dependem de pedido próprio.

63. Paulo aderiu a um contrato cujas disposições foram estabelecidas unilateralmente por André. Não foi concedida a Paulo a oportunidade de discutir os termos das disposições contratuais.

Com relação à situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) No contrato firmado entre Paulo e André, prevalecerá o princípio da intervenção mínima.
- b) Por se tratar de um contrato de adesão, a revisão contratual será amplamente aceita pelo Judiciário.
- c) Eventuais ambiguidades nas disposições pactuadas conduzirão à nulidade do contrato.
- d) São anuláveis eventuais cláusulas que estipulem renúncia antecipada de Paulo a direito resultante da natureza do negócio.
- e) Se o contrato firmado entre Paulo e André for atípico, tal resultará em sua nulidade.

64. Carolina estava passeando no parque com seu cachorro de estimação, quando este se desprende da coleira e avançou para cima de Magda, idosa de 85 anos. Ao sentir o contato com o animal, Magda se desequilibrou, sofreu uma queda e fraturou o fêmur. Em razão do fato, Magda teve que se submeter a uma cirurgia, da qual resultou uma cicatriz.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Carolina não responde pelos danos sofridos por Magda, já que decorrentes de força maior.
- b) Carolina responde pelos danos sofridos por Magda, na modalidade subjetiva.
- c) Carolina responde pelos danos sofridos por Magda, na modalidade objetiva.
- d) Se Magda pleitear reparação por danos estéticos, ficará impossibilitada de requerer conjuntamente os danos morais.
- e) Os juros moratórios resultantes da eventual reparação do dano fluem a partir da citação de Carolina.

65. Antônio foi atingido por um vaso enquanto passeava por uma rua situada em frente ao Edifício Clareira dos Bosques, sofrendo um traumatismo craniano com uma enorme cicatriz na cabeça. Durante os três meses em que permaneceu se recuperando no hospital, Antônio foi privado dos ganhos que obtinha como motorista de aplicativo.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Pela teoria da causalidade alternativa, não sendo possível identificar de qual apartamento caiu o vaso, o responsável será o condomínio.
- b) Se o condomínio for responsabilizado e, posteriormente, conseguir identificar o morador do apartamento de onde o vaso caiu, não poderá mover ação regressiva contra este.
- c) Se o apartamento de onde o vaso caiu estiver alugado, deverão responder solidariamente o proprietário e o inquilino.
- d) A responsabilidade pelo acidente sofrido por Antônio tem natureza subjetiva, exigindo o pressuposto da culpa para que possa se configurar.
- e) Antônio poderá pleitear danos materiais, referentes às despesas hospitalares e aos lucros cessantes, mas não danos morais.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

66. Peter, americano, nascido em Austin (Texas), mas residente em San Francisco (Califórnia), veio ao Brasil a passeio, a fim de aproveitar o verão tupiniquim. No Brasil, Peter, que faz uso de maconha para fins recreativos, adquiriu 2g de maconha e se sentou na areia da praia de Copacabana para degustar a erva que acabara de comprar. Policiais militares, ao verem a cena, abordaram o americano, encontrando com ele 03 cigarros de maconha, oportunidade na qual deram voz de prisão pelo crime de posse de substância entorpecente para uso próprio, e conduziram-no à presença da autoridade policial local. Peter foi ouvido e afirmou que acreditava que sua conduta era lícita, pois onde mora é permitido fazer uso de tal substância para fins recreativos.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) erro de proibição, que afastará a culpabilidade, se evitável.
- b) erro de proibição, que afastará a culpabilidade, se invencível.
- c) erro de tipo, que excluirá o dolo, mas permitirá a punição a título culposo, se houver previsão legal.
- d) erro de proibição, que irá gerar redução de pena, se escusável.
- e) erro de tipo, que excluirá o dolo e a culpa, em qualquer caso.

67. Durante um cruzeiro, Pablo, brasileiro, pratica um crime de estelionato (art. 171 do CP), em desfavor de Joaquina, uma senhora de 72 anos, também brasileira. O fato ocorreu no 3º dia de uma viagem marítima que duraria uma semana, realizada em um navio privado, de bandeira brasileira, pertencente à empresa brasileira “DESCOBRIDOR DOS SETE MARES LTDA”, quando esta se encontrava ancorada em mar territorial uruguaio. No Uruguai, Pablo foi condenado a uma pena de 02 anos de reclusão pelo referido crime, já integralmente cumprida.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade.
- b) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa, sendo hipótese de extraterritorialidade incondicionada.
- c) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da personalidade ativa, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio do pavilhão, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- e) Não será aplicável a lei penal brasileira.

68. Apollo, valendo-se de uma arma de fogo, subtraiu para si o aparelho celular pertencente a Afrodite, quando esta caminhava tranquilamente pelas ruas do centro da cidade de Macapá. O infrator empreendeu fuga, tendo sido preso em flagrante cerca de 20 minutos depois, após perseguição realizada pela polícia, tendo sido recuperados os bens de Afrodite, mas não foi encontrada a arma usada no crime. Em suas declarações em sede policial, Afrodite afirmou ter sentido muito medo em razão da arma de fogo apontada para sua cabeça. As testemunhas arroladas confirmaram o emprego de arma de fogo. Apollo, em seu interrogatório, confessou a prática do crime, mas disse que a arma utilizada era, na verdade, um simulacro de arma de fogo. A arma, porém, não foi encontrada para ser periciada.

As provas produzidas na investigação foram refeitas em Juízo, sem o acréscimo de novas provas, tendo sido o processo conclusivo para sentença.

Nesse caso, é correto afirmar que Apollo deverá ser condenado pelo crime de:

- a) roubo simples tentado
- b) roubo simples consumado
- c) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, consumado
- d) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, tentado
- e) roubo qualificado, consumado

69. Inconformado com o pedido de divórcio formulado por sua esposa Maria, José passou a ameaçá-la, o que levou a vítima a solicitar medida protetiva de urgência de proibição de aproximação (art. 22, III, a da Lei 11.340/06), pedido este deferido pelo Juízo. No dia 10.07.2023, aniversário da vítima, José, descumprindo a medida imposta, aguardou a saída de Maria do trabalho e desferiu contra esta diversos golpes de faca, que foram a causa eficiente da morte da vítima.

Nesse caso, no que tange à morte da vítima, José praticou crime de:

- a) homicídio simples.
- b) homicídio qualificado pelo feminicídio, sem majoração da pena.
- c) homicídio qualificado pelo feminicídio, com pena aumentada de um terço à metade em razão do descumprimento da medida protetiva de urgência fixada e por ter sido praticado em data festiva para a vítima.
- d) homicídio qualificado pelo feminicídio, com pena aumentada de um terço à metade em razão do descumprimento da medida protetiva de urgência fixada.
- e) homicídio qualificado pelo feminicídio, com pena aumentada em dois terços em razão do descumprimento da medida protetiva de urgência fixada.

70. Em determinado processo criminal, Jair, réu pela suposta prática do crime de extorsão, ofereceu a Talita a quantia de R\$ 20.000,00 para que esta, na qualidade de testemunha, viesse a prestar afirmação falsa em juízo. Talita aceitou a proposta e, no dia de seu depoimento, efetivamente mentiu em Juízo para beneficiar o réu Jair. O Juiz que presidia a instrução, porém, não acreditou nas afirmações de Talita e proferiu sentença em audiência, condenando Jair pelo crime de extorsão. A defesa de Jair interpôs recurso de apelação, ainda pendente de julgamento pelo Tribunal de Justiça local.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Jair e Talita deverão responder pelo crime de falso testemunho.
- b) Jair praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Talita praticou o crime de falso testemunho, ambos majorados de um sexto a um terço.
- c) Jair praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Talita praticou o crime de falso testemunho, sem majoração.
- d) Jair e Talita não praticaram crime, eis que o depoimento desta última foi irrelevante para o processo.
- e) Caso Talita se retrate e declare a verdade antes do julgamento do recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça, estará extinta sua punibilidade.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

71. De acordo com a Lei de Execução Penal, o condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, ao(à):

- a) encarceramento em “solitária” por um período de três meses.
- b) exame e diagnóstico psiquiátrico.
- c) identificação do perfil genético, mediante extração de DNA.
- d) cadeia de custódia.
- e) trabalho em penitenciária agrícola

72. A Lei nº 14.532, de 2023, altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 e prevê reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, para a pessoa que injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de

- a) xenofobia, religião ou etnia.
- b) cor, etnia ou procedência nacional.
- c) parentalidade, transexualidade ou religião.
- d) orientação sexual, raça ou localização geográfica.
- e) origem familiar, cor ou sexualidade.

73. Alberto foi flagrado por policiais quando trazia consigo, no interior de uma mochila, 13 sementes da planta Cannabis sativa, vulgarmente conhecida como maconha, ocasião em que ele admitiu que pretendia semeá-las para, posteriormente, colher a planta e consumir a droga, juntamente com seus amigos. Apreendidas e periciadas as sementes, restou demonstrado que elas não continham a substância psicoativa proibida encontrada na planta (tetra-hidrocanabinol – THC). Diante do caso narrado, a correta adequação típica do fato, à luz do ordenamento jurídico penal, é:

- a) fato atípico;
- b) tráfico de drogas;
- c) porte de drogas para consumo pessoal;
- d) tráfico de drogas, na forma típica equiparada;
- e) porte de drogas para consumo pessoal, na forma típica equiparada

74. Carla, primária, foi condenada por lavagem de capitais a uma pena de cinco anos de reclusão. Carla colaborou espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduziram à apuração da infração penal. Sobre a aplicação da pena de Carla, assinale a afirmativa correta, de acordo com a Lei nº 9.613/98 e com o Código Penal.

- a) A pena poderá ser atenuada de um a dois terços.
- b) Carla poderá, desde o início, cumprir a pena em prisão albergue domiciliar.
- c) A pena poderá ser suspensa, por 4 a 6 anos, mediante condições.
- d) O regime inicial deverá ser o semiaberto, diante da quantidade de pena aplicada.
- e) Carla pode ser beneficiada pela pena restritiva de direitos.

75. Cristiana foi agredida por seu marido Átila, que também a ameaçou, prevalecendo-se este das relações domésticas e de coabitação, tendo causado na ofendida lesões corporais de natureza leve. Em razão disso, foi instaurado inquérito policial, que constatou as agressões e a ameaça. Levando-se em conta esse panorama, é correto afirmar que:

- a) o juiz poderá propor a Átila transação penal, se o Ministério Público não o fizer de maneira fundamentada;
- b) o Ministério Público poderá decretar medida protetiva de urgência, comunicando de imediato ao juiz;
- c) o juiz poderá decretar a prisão temporária de Átila a requerimento da defesa técnica de Cristiana;
- d) o Ministério Público poderá propor a Átila acordo de não persecução penal, se este não for reincidente específico;
- e) o juiz poderá conceder medida protetiva de urgência, a requerimento de Cristiana, independentemente de manifestação do Ministério Público.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

76. Ao proferir uma sentença condenatória, o juiz incluirá nela todos os elementos, EXCETO:

- a) as circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no código penal por ele reconhecidas;
- b) os nomes das partes ou, quando não for possível, as indicações necessárias para identificá-las;
- c) o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido e pedido prévio;
- d) a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão;
- e) o direito ou não de o acusado apelar em liberdade, condicionando, se for o caso, o conhecimento da apelação à prisão.

77. O Ministério Público apresentou uma denúncia contra Paulo por cometer o crime de homicídio qualificado por motivo torpe. O juiz decidiu pela impronúncia do acusado ao final da primeira etapa do procedimento de julgamento em duas fases. O recurso apropriado para contestar essa decisão é o

- a) recurso em sentido estrito;
- b) agravo;
- c) pedido de reconsideração;
- d) apelação;
- e) embargos infringentes.

78. O Código de Processo Penal prevê que o procedimento poderá ser comum ou especial. No que diz respeito ao procedimento comum ordinário, é correto afirmar que:

- a) o magistrado que recebeu a denúncia, ainda que não tenha realizado a audiência, deverá proferir a sentença, tendo em vista o princípio da identidade física do juiz;
- b) as partes podem arrolar até 8 (oito) testemunhas, incluindo tanto aquelas referidas quanto as que não prestam compromisso;
- c) a falta de apresentação de resposta à acusação pelo advogado do réu resulta na decretação da revelia e na preclusão para a apresentação do rol de testemunhas;
- d) o acusado preso será requisitado para realização de seu interrogatório, o mesmo não ocorrendo quando da oitiva das testemunhas;
- e) no caso de registro de audiência por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, sem necessidade de transcrição.

79. A comunicação processual pode ocorrer por meio de vários atos, dependendo de suas finalidades. Um desses atos é a citação. Sobre esse assunto, é correto afirmar que:

- a) a citação válida interrompe o prazo de prescrição penal;
- b) estando o réu fora do território da jurisdição do juiz processante, caberá sua citação através do correio eletrônico;
- c) O mandado de citação deve incluir obrigatoriamente o nome completo do réu, juntamente com sua completa qualificação;
- d) o réu com endereço certo no estrangeiro será citado por carta precatória;
- e) não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia.

80. Existem condições específicas da ação nas ações penais públicas, como a representação da vítima. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) A representação deve ser apresentada ao magistrado;
- b) a representação ofertada pela vítima vincula o ministério público, que terá que oferecer a denúncia;
- c) A representação não pode ser feita verbalmente;
- d) O prazo para exercer o direito de representação é de 3 meses a partir da descoberta da autoria do crime;
- e) o direito de representação poderá ser exercido por procurador com poderes especiais.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
